

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1622/1585>

DOI: 0

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2006 by ABEP. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

Acesso à educação nas diferentes faixas etárias segundo a renda e a raça/cor*

Cibele Yahn de Andrade[†]
Norberto Dachs[‡]

Palavras-chave: Níveis de Educação; Raça; Renda; Sexo.

Resumo:

As desigualdades do mercado de trabalho dependem em grande medida das características de acesso ao sistema educacional. Neste trabalho analisamos a contribuição da renda e da raça/cor no acesso à escola, segundo os dados da PNAD/2003 e considerando as principais transições escolares, por grupos etários, até o acesso ao Ensino Superior.

Na faixa de idade de 7 a 10 anos renda e a cor não afetam substantivamente o acesso à escola. Isto se tornou especialmente real depois da ampliação do acesso realizada no final dos anos 90.

Na faixa de 11 a 14 observa-se que tanto a cor como a renda interferem fortemente no acesso, pois entre pardos/negros e índios na faixa de renda mais baixa o percentual de crianças matriculadas nas séries adequadas à idade é de apenas 57% enquanto entre brancos com renda superior a 5 salários mínimos é 97%.

A interferência destas variáveis é ainda mais acentuada na faixa etária de 15 a 17. Entre pardos/negros e índios na faixa de renda mais baixa o percentual de matrículas nas séries adequadas à idade é de apenas 27% enquanto entre brancos com renda superior a 5 sm atinge 90%.

Somente 13% dos jovens de 18 a 24 anos tiveram acesso ao ensino superior. As restrições que levam a este baixo percentual dependem do número de vagas no ensino superior, mas parecem ser mais determinadas pelo pequeno contingente de jovens brasileiros que consegue completar o Ensino Médio, atingindo a qualificação formal necessária para o acesso ao Ensino Superior. Somente 27% dos jovens de 18 a 24 anos tem o Ensino Médio completo.

A renda é um determinante muito mais importante do que a variável raça/cor, embora essa última variável apresente influencia em todas as faixas de renda.

* Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

† Núcleo de Estudos de Políticas Públicas– NEPP/UNICAMP

‡ Núcleo de Estudos de Políticas Públicas– NEPP/UNICAMP

Acesso à educação nas diferentes faixas etárias segundo a renda e a raça/cor

**Cibele Yahn de Andrade
Norberto Dachs**

Introdução

As desigualdades do mercado de trabalho dependem em grande medida das características de acesso ao sistema educacional [§]. Neste trabalho analisamos os efeitos do gênero, da renda familiar per capita, e da raça/cor no acesso à escola, usando como base os dados da PNAD/2003. O estudo considera as principais transições escolares, por grupos etários, do Ensino Fundamental até o acesso ao Ensino Superior.

Apesar do intenso crescimento da oferta do ES, especialmente privado, ocorrido a partir de 1997, o percentual de jovens no Brasil que tiveram acesso ao Ensino Superior é ainda bastante reduzido. Segundo a PNAD/2003, apenas 13% dos jovens de 18 a 24 anos frequentam este nível educacional. O debate sobre o acesso ao Ensino Superior no Brasil a partir do final da década de 90 passou a considerar os efeitos relacionados à raça/cor dos estudantes. A variável renda passou a ser incluída indiretamente ao serem propostos procedimentos de incentivo do ingresso de estudantes oriundos de escolas públicas de Ensino Médio.

O objetivo deste trabalho é analisar os efeitos de renda familiar e os da raça/cor no nível de escolaridade da população, levando a um melhor entendimento das restrições aos níveis mais elevados de educação no Brasil.

Um dos fatores pouco considerados no debate sobre acesso ao Ensino Superior é a disponibilidade de candidatos qualificados formalmente, isto é, com Ensino Médio completo. Como se verá abaixo, esta é uma restrição fundamental, especialmente para as camadas de renda mais baixa, independentemente de raça/cor, que precisa ser levada em conta em qualquer estratégia de expansão do acesso de jovens brasileiros ao Ensino Superior.

A PNAD 2003 mostra que 87% dos jovens com idade de 18 a 24 anos não conseguem chegar ao Ensino Superior. Neste grupo de idade, 59% dos jovens não possuem os requisitos formais para concorrer a vagas no Ensino Superior, pois 33% dos jovens nesta idade não concluíram o Ensino Fundamental e 26% não concluíram o Ensino Médio.

Ou seja, apenas cerca de 27% dos jovens na faixa de idades de 18 a 24 anos concluíram o Ensino Médio possuem os requisitos escolares formais para terem acesso ao Ensino Superior. Portanto, apenas a metade dos jovens qualificados formalmente para acesso ao Ensino Superior atinge este nível de educação, em que pese o fato de que, do ponto de vista substantivo, há que se discutir o conteúdo de aprendizado dominado por estes jovens.

Para a análise do acesso aos níveis educacionais mais elevados, estudaremos as transições escolares, definidas segundo os níveis educacionais e faixas de idade “esperados” para cada nível de ensino no Brasil; a situação escolar dos jovens de 18 a 24 anos que não atingiram o

[§] Por exemplo, Sergei (2003) conclui que, apesar da relação entre a inserção no mercado de trabalho e o nível formal de instrução ser complexa e polêmica, algumas regularidades podem ser observadas. Em 1º lugar, existe o fato, há muito tempo conhecido, de que quanto mais uma pessoa estuda, mais ela ganha. Pessoas com Ensino Médio ganham o dobro de pessoas com menos do que o Ensino Médio e metade do que ganham pessoas com alguma instrução superior.

Além disso, o Ensino Médio é um passaporte para o mercado formal e garante pelo menos o salário mínimo, protegendo contra os empregos de salários irrisórios.

ensino superior e, finalmente, como se dá o acesso ao ensino superior público versus privado, segundo a renda familiar per capita e a raça/cor dos jovens.

1 Metodologia

1.1 Situação quanto à escolaridade

Para a análise das transições escolares definimos as categorias de “Escolaridade Adequada”, usando as informações contidas na PNAD 2003, conforme mostrado no Quadro 1.

Quadro 1
Definição das categorias de Escolaridade Adequada.

Faixa etária	Ciclos escolares	Escolaridade Adequada
7 a 10 anos	1ª à 4ª série do Ensino Fundamental	Frequente da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental
11 a 14 anos	5ª à 8ª série do Ensino Fundamental	Frequente da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental
15 a 17 anos	Ensino Médio	Frequente o Ensino Médio; ou Não Frequente, mas concluiu o Ensino Médio.
18 a 24 anos	Ensino Superior	Frequente o Ensino Superior; ou Não Frequente, mas teve acesso ao Ensino Superior (tendo concluído ou não o curso)
Observações: 1. Os alunos nas idades de 7 a 10, 11 a 14 e 15 a 17 anos que cursam o Supletivo não foram considerados como tendo “Escolaridade Adequada”, pois em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) aboliu a modalidade do Ensino Supletivo e instituiu o EJA (Educação de Jovens e Adultos), ao mesmo tempo em que fixou a idade mínima de 15 anos para prestar o exame conclusivo do Ensino Fundamental e de 18 anos para o Ensino Médio. 2. Não foram considerados na categoria “Escolaridade Adequada” aqueles que pararam de estudar aos 10 anos mesmo tendo concluído a 4ª série na idade adequada. Da mesma forma, não foram considerados como tendo “Escolaridade Adequada” aqueles que pararam de estudar aos 14 anos mesmo tendo concluído a 8ª série na Idade Adequada.		

Para a “Escolaridade Adequada” no Ensino Superior considerou-se a faixa etária dos 18 a 24 anos, consistentemente com as estatísticas internacionais, o que permite a comparabilidade das informações levantadas.

Para analisar o acesso ao ensino superior é importante não apenas calcular a taxa líquida em relação à população de 18 a 24 anos, mas também calcular a taxa de acesso ao ensino superior em relação aos jovens que são “formalmente qualificados para o ensino superior”, ou seja, aqueles que lograram concluir o ensino médio, requisito formal necessário para o ingresso no ensino superior.

As categorias usadas para a classificação da situação de escolaridade da população de 18 a 24 anos são mostradas no Quadro 2.

Quadro 2
Classificação da situação de escolaridade da população de 18 a 24 anos

Classificação da situação de escolaridade	Situação de escolaridade na PNAD
Não concluiu o Ensino Fundamental	Nunca frequentou a escola Evadiu sem concluir o Ensino Fundamental

	Cursa o Supletivo de Ensino Fundamental Cursa o Regular do Ensino Fundamental Cursa Alfabetização de Adultos
Concluiu o Ensino Fundamental, mas não concluiu o Ensino Médio	Não frequenta, mas concluiu Ensino Fundamental. Evadiu sem concluir o Ensino Médio Cursa o Supletivo do Ensino Médio Cursa o Regular do Ensino Médio
Concluiu o Ensino Médio “ <i>Qualificado para o Ensino Superior</i> ”	Frequenta curso Pré-vestibular Não frequenta atualmente, mas concluiu o Ensino Médio
Teve acesso ao Ensino Superior (Frequêntam ou não)	Frequenta o Ensino Superior Evadiu sem concluir o Superior Frequenta a Pós Graduação Frequentou a Pós Graduação

1.2 Classificação de raça/cor e distribuição de rendimentos da população:

A informação sobre raça/cor pesquisada pelo IBGE, é baseada em auto-declaração do informante, tendo como referência a cor da pele, de acordo com as seguintes alternativas: “branco”, “preto”, “pardo” e “amarelo”, além da categoria “indígena”^{**}.

Para a finalidade deste estudo, agregamos a população em apenas dois grupos: “Branco” e “Não Branco”. O grupo dos “Não Brancos” é constituído pelas pessoas que se auto-declararam como pardos (42% do total da população) somados aos negros (6%) e aos índios (0,2%). Vale destacar que, nos quesitos levantados pelo presente trabalho, os negros e os pardos apresentam condições de escolaridade muito semelhantes. O grupo dos Brancos é composto pelas pessoas que se auto declararam como brancas (52% do total da população) somadas aos que se auto declararam como amarelos (0,4). O grupo dos amarelos, apesar de ser proporcionalmente pequeno e, desta forma, não alterar os resultados do grupo dos Brancos, apresenta condições de escolaridade superiores em todos os quesitos levantados nesta pesquisa.

Para a classificação de rendimentos da população analisada foi utilizada a renda familiar per capita^{††}, segundo frações do salário mínimo (o valor do salário mínimo mensal em 2003 era de R\$ 240,00), nas seguintes faixas: 0 a menos de ½ SM; ½ a menos de 1 SM; 1 SM a menos de 2 s.m.; 2 a menos de 5 SM, e, mais de 5 SM.

2 Análise das transições escolares

A PNAD 2003 mostra que apenas 13% dos jovens de 18 a 24 têm acesso ao ensino superior. Neste sentido, importa identificar o que ocorre com o contingente que não atinge este nível de ensino, considerando as outras faixas etárias e as transições escolares, bem como as clivagens derivadas da renda e da cor.

Para as faixas etárias estudadas aqui, a situação de escolaridade relatada na PNAD 2003 é resumida na Figura 1.

Observa-se que para as crianças de 7 a 10 anos o acesso para as primeiras séries do ensino fundamental é praticamente independente da renda familiar e da raça/cor da população. Ainda assim, em torno de 10% dos negros e pardos, desta faixa etária, nas faixas de renda mais baixas, não apresentam “escolaridade adequada”. O percentual de brancos em todas as faixas de renda é ligeiramente superior ao dos negros e pardos.

Na faixa etária de 11 a 14 anos, (nível de escolaridade adequado da 5ª à 8ª série), a situação observada se afasta ainda mais da universalização - verifica-se uma variação mais acentuada em relação à renda e à raça/cor. Nas três faixas de renda inferiores (0 a 1/2, 1/2 a 1, e 1 a 2 SM) a diferença do acesso entre “Branco” e “Não Branco” é mais acentuada. Acima de dois SM o percentual com “Escolaridade Adequada” se eleva para 90% dos jovens. A variação entre “Branco” e “Não Branco” ocorre em todas as faixas de renda desfavorecendo negros e

^{**} Segundo Schwartzman (1999) “Existe muita insatisfação com estas categorias. Uma boa parte da população não se identifica e não gosta de alguns destes termos”. Em relação aos percentuais divulgados pelo IBGE ele afirma que “Os resultados que se encontram são também criticados...Estes números segundo alguns críticos, ocultariam o verdadeiro tamanho da população negra no Brasil, que, se definida de forma análoga ao que ocorre nos Estados Unidos (segundo a origem étnica, no caso descendentes de africanos), chegaria a pelo menos 50% da população; e também deixaria de medir o verdadeiro tamanho da população indígena”.

^{††} A renda domiciliar per capita é a razão entre a soma das rendas de todos os membros do domicílio e o número de membros deste domicílio

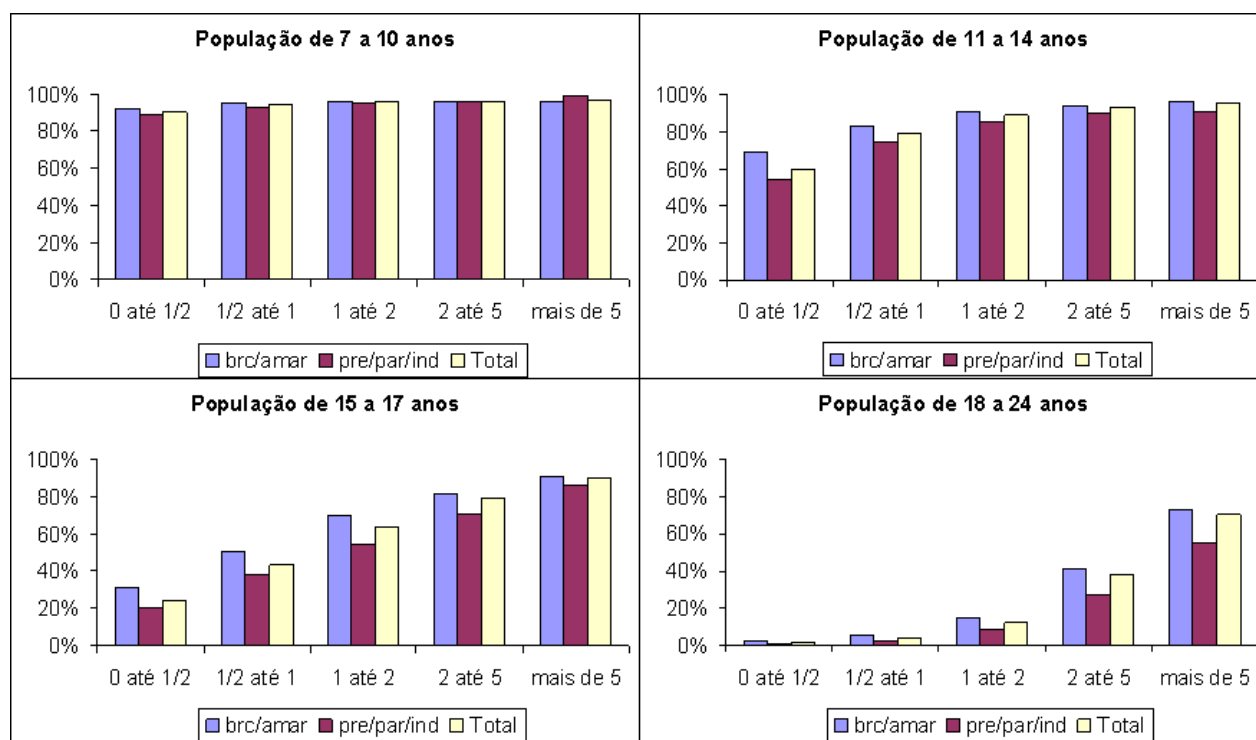
pardos, mas observa-se que as variações devidas ao fator raça/cor são bem menores do que aquelas relacionadas a faixa de renda.

Na faixa etária de 15 a 17 anos (escolaridade adequada no Ensino Médio) as diferenças se acentuam ainda mais, com as variações do percentual de acesso intensificando-se de acordo com a renda e também com a raça/cor. Na faixa salarial inferior, de 0 a 1/2 SM, são observados percentuais bastante baixos de acesso tanto para os “Branços” (30%) como para os “Não Brancos” (20%). Na faixa de renda acima de 5 SM, o percentual de acesso dos “Branços” e “Não Brancos” é próximo a 90%, com ligeira deficiência para os últimos. Também nesta faixa etária as variações relacionadas ao fator raça/cor são bem menores do que aquelas relacionadas à faixa de renda, embora se observe sempre um desfavorecimento para os “Não brancos”.

Apenas 13% dos jovens de 18 a 24 anos freqüentam ou freqüentaram o ensino superior. A variação dos percentuais de acesso, em relação à raça/cor ou à faixa de renda, acentua-se carregando claramente um efeito cumulativo das faixas etárias anteriores.

Figura 1

Percentual da população em condição de “escolaridade adequada” segundo a faixa etária, raça/cor e renda familiar per capita.



Fonte: PNAD - 2003

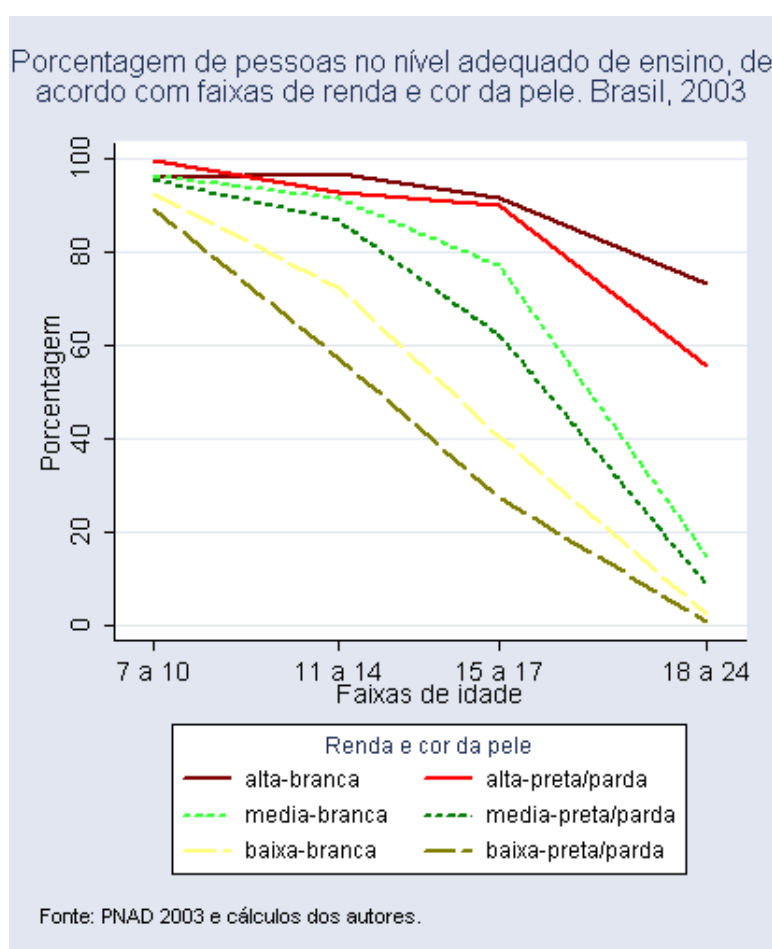
Os dados mostram que a renda constitui-se num determinante muito mais importante do que a variável raça/cor^{‡‡}, mesmo que essa última apresente influência, em todas as faixas de renda,

^{‡‡} Schwartzman (1999) associou a condição de raça/cor e anos de estudo dos indivíduos segundo o Rendimento Médio Mensal. Conclui que “é claramente a educação e não a cor, raça ou origem o grande fator de desigualdade na sociedade brasileira” porque a diferença de rendimentos, por ele encontrada, entre os mais educados e os menos educados é de 9,9 vezes. Diferença muito maior do que a encontrada entre raças e cor (2,2 vezes) entre os que ganham mais (amarelos) e os que ganham menos (pardos) com o mesmo nível de escolaridade.

constantemente desfavorável aos “Não Brancos”. O desfavorecimento aos “Não Brancos” tem sido destacado em outros trabalhos que investigam, com metodologias distintas, as diferenças entre a população branca e não branca^{§§}.

A Figura 2 destaca a maior importância da desigualdade da renda na condição de escolaridade em relação ao comportamento da variável raça/cor. Para “Brancos” e “Não Brancos” definiu-se categorias de renda “alta” (mais de 5 SM), “média” (1 a 2 SM) e “baixa” (0 a 1/2 SM). Observa-se que as tendências em cada uma das faixas de renda diferenciam pouco entre os “Brancos” e os “não Brancos”.

Figura 2
**Porcentagem de pessoas no nível adequado de ensino,
de acordo com faixas de renda e cor da pele. Brasil, 2003**



3 Escolaridade dos jovens de 18 a 24 anos

Sabendo-se que apenas 13% dos jovens de 18 a 24 têm acesso ao ensino superior, torna-se relevante identificar a escolaridade dos jovens que não atingem esse nível de ensino.

§§ Entre outros Barros (2001) e Henriques (2001).

A PNAD 2003 mostra que 60% deles não possuem os requisitos escolares para o acesso ao ensino superior, pois 34% não concluíram o ensino fundamental e 26% não concluíram o ensino médio. Ou seja, apenas 27% possuem o requisito formal de escolaridade para terem acesso ao ensino superior.

3.1 O efeito da renda familiar na escolaridade na faixa etária de 18 a 24 anos

A Tabela 1 mostra a situação escolar da população na faixa etária dos 18 aos 24 anos, em função da renda familiar.

Na faixa inferior da renda, de 0 a 1/2 SM, o percentual dos jovens que sequer concluíram o ensino fundamental atinge mais da metade (60%), enquanto que na faixa de renda mais alta o acesso ao ensino superior ocorre para 70% dos jovens.

O percentual de jovens que concluiu no máximo o Ensino Médio tende a ser menor, tanto na faixa de renda mais baixa (13%), como na faixa de renda mais alta (18%). Estes baixos percentuais parecem ter razões distintas: na faixa de renda mais baixa, deve-se ao grande percentual de jovens que não atingiram este nível de escolaridade (60% deles sequer concluíram o ensino fundamental e os outros 26% não atingiram a última série do ensino médio); na faixa de renda mais alta, a maioria dos jovens (71%) já está cursando o ensino superior. Nas faixas intermediárias de renda, o percentual dos jovens que atingiram o ensino médio como o mais alto grau de escolaridade é maior, estando em torno de 30% a 40%.

Tabela 1
Nível de escolaridade da população de 18 a 24 anos segundo a renda domiciliar per capita.
Brasil, 2003.

Níveis de escolaridade	Renda familiar per capita em frações do salário mínimo					Total
	0 a 1/2	mais de 1/2 a 1	mais de 1 a 2	mais de 2 a 5	mais de 5	
Não concluiu o E.F.	60%	36%	20%	7%	3%	34%
Concluiu o E.F.	26%	32%	28%	17%	9%	26%
Concluiu o E.M.	13%	28%	40%	38%	18%	27%
Acesso ao E.S.	1%	4%	12%	38%	71%	13%
Total	6.737.444	5.941.990	5.467.768	3.272.593	982.574	22.402.369

Fonte: PNAD/IBGE

3.2 – Efeitos da raça/cor na escolaridade dos jovens de 18 a 24 anos

Os dados da Tabela 2 mostram que há acentuadas diferenças de escolaridade entre as populações de jovens de raça/cor distintas. Estas diferenças são mais fortemente acentuadas nos dois extremos dos níveis de educação, ou seja, entre os jovens que não concluíram o ensino fundamental e entre aqueles que tiveram acesso ao ensino superior.

Entre os “Não Brancos”, o percentual de jovens que sequer concluíram o ensino fundamental é de aproximadamente 50%, enquanto que entre os brancos é de 23,13%.

A diferença entre “Brancos” (27%) e “Não Brancos” (25%) é um pouco menos acentuada entre os que não completaram o ensino médio. A diferença aumenta novamente em relação à conclusão do ensino médio: os percentuais variam de 23% entre “Não Brancos” e 31% para os “Brancos”.

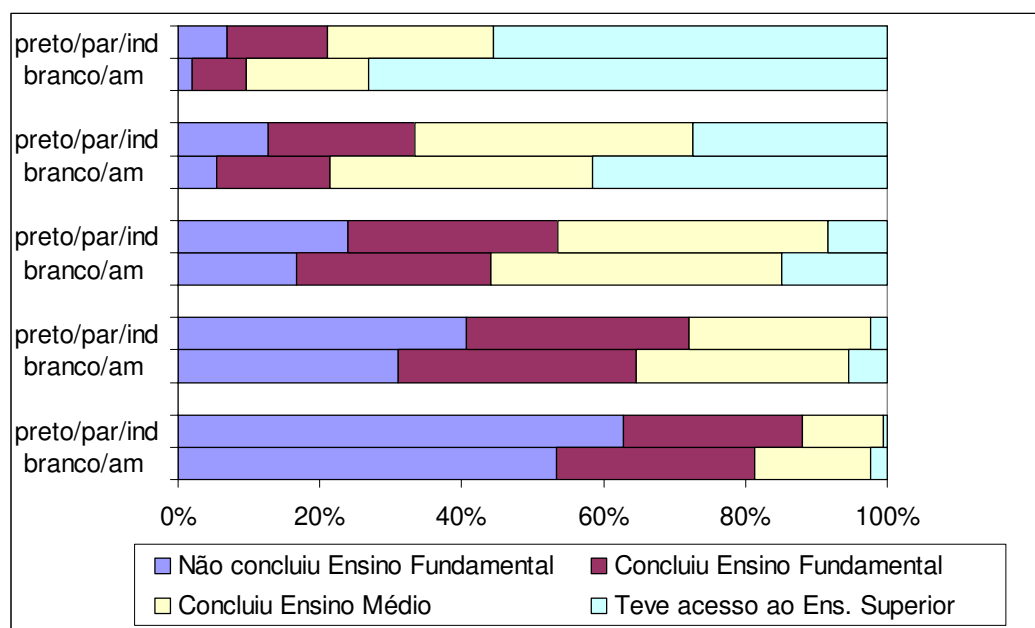
Finalmente, para os que tiveram acesso ao ensino superior, o percentual de acesso é de 5% entre “Não Brancos” e de 21% entre os “Brancos”.

Tabela 2
Nível de escolaridade da população de 18 a 24 anos segundo a Raça/Cor.
Brasil, 2003

Níveis de escolaridade	Raça/Cor		Total
	Branco	Não Branco	
Não concluiu o E.F.	23%	44%	0%
Concluiu E.F	25%	27%	26%
Concluiu o E.M.	31%	23%	27%
Acesso ao E.S.	21%	5%	13%
Total	11.665.295	11.267.262	22.932.557

Fonte: PNAD/IBGE

Gráfico 2
Nível de escolaridade da população de 18 a 24 anos segundo raça/cor e renda familiar
Brasil, 2003.



Fonte: PNAD/IBGE

Dito de outro modo, pode-se afirmar que, entre os “Brancos” as proporções de jovens nos diferentes níveis de escolaridade variam em torno de 20% a 30%. Enquanto entre os “Não Brancos” a “pirâmide educacional” é muito acentuada. Em números absolutos são aproximadamente 5 milhões de jovens que não lograram concluir o ensino fundamental; 3 milhões que não concluíram o ensino médio; 2,6 milhões que concluíram o ensino médio e, finalmente, é mínimo o número daqueles que atingiram o ensino superior (614.885).

Verifica-se também claramente o gargalo que atinge a população não branca, na passagem do ensino médio para o ensino superior. É importante observar que, mesmo adotando uma política de expansão do acesso ao ensino superior, dirigida a todos os concluintes do ensino médio, não se atingiria uma igualdade entre “Brancos” e “Não Brancos”, uma vez que os brancos passariam a ter um peso de 50% enquanto os “Não Brancos” atingiriam apenas 27%. Vê-se portanto que é necessário que a política educacional tenha atenção para 71% dos “Não

Branços” que não concluíram o ensino fundamental e médio (8 milhões de jovens), assim como aos 48% de brancos que também representam um contingente expressivo (5,6 milhões) que se encontra na mesma situação.

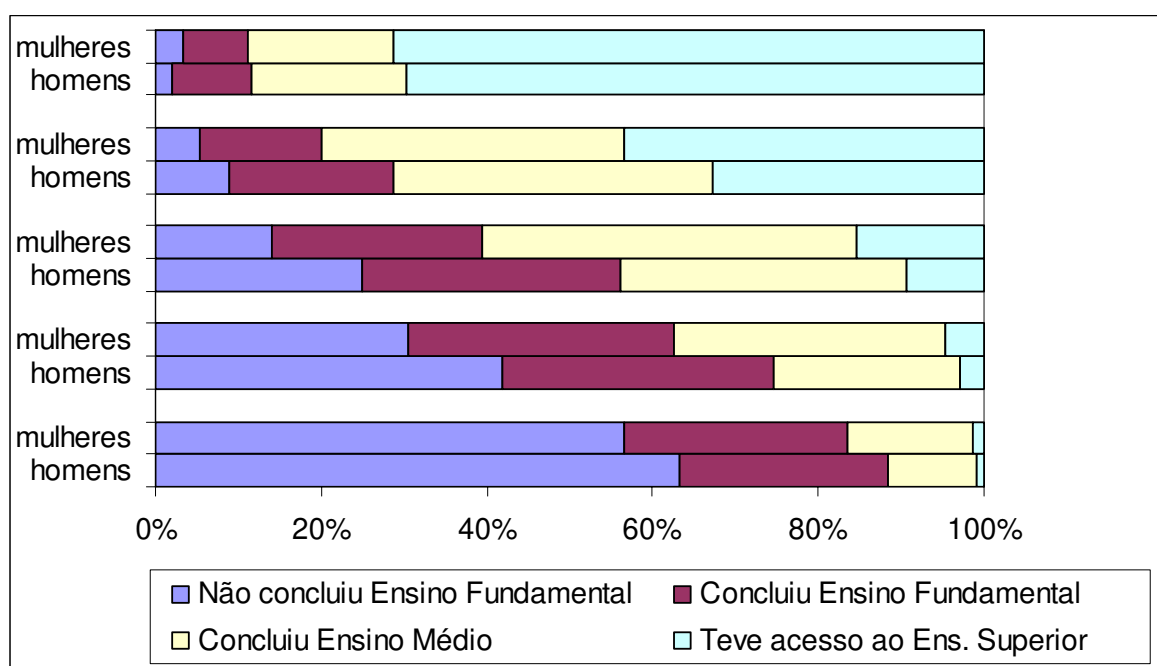
O Gráfico 2 ilustra a diferença de escolaridade entre Brancos e “Não Brancos” em todas as faixas de renda, mostrando-se sempre desfavorável aos pardos, negros e índios.

3.2 Efeitos de sexo, raça/cor e renda familiar na escolaridade dos jovens de 18 a 24 anos

Ao analisar os dados segundo o sexo e as faixas de renda familiar constata-se que as diferenças de escolaridade ocorrem em todas as faixas de renda sendo sempre desfavorável aos jovens do sexo masculino: o percentual de mulheres que concluíram o ensino superior é maior do que o dos homens e o percentual dos homens que não concluíram o ensino fundamental é maior que o de mulheres, exceção feita à faixa de mais de 5 s.m.

O Gráfico 3 apresenta as diferenças de escolaridade por sexo e renda familiar

Gráfico 3
Nível de escolaridade da população de 18 a 24 anos, segundo o sexo e a renda familiar per capita
Brasil, 2003



Fonte: PNAD/IBGE

A mesma tendência verifica-se entre mulheres jovens brancas, versus homens na mesma condição, e mulheres jovens pardas ou negras, versus homens jovens na mesma condição. Conforme se pode observar na tabela abaixo, quando comparadas com os homens, as mulheres apresentam percentuais mais elevados de escolaridade, nos níveis mais altos, e percentuais inferiores, nos níveis iniciais. Isto ocorre tanto entre população branca, como entre a parda. Fica ainda mais evidente quando se compara por um lado, o percentual de todos aqueles que não concluíram o ensino básico (ensino fundamental e médio) e, por outro,

os que concluíram o ensino médio somados àqueles que tiveram acesso ao ensino superior, conforme a Tabela 3.

Tabela 3
Percentual da população segundo a condição de escolaridade e sexo
Brasil – 2003

Níveis de escolaridade	Brancos			“Não Brancos”		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Não concluiu o E.F.	25,78	20,64	23,13	48,10	39,59	43,97
Concluiu E.F.	26,77	23,44	25,06	27,58	27,19	27,39
Sub total	52,55	44,08	48,19	75,68	66,78	71,36
Concluiu o E.M.	29,04	32,74	30,95	19,78	26,78	23,18
Acesso ao E.S.	18,41	23,18	20,86	4,54	6,44	5,46
Sub total	47,45	55,92	51,81	24,32	33,22	28,64
Total	5.664.257	6.001.038	11.665.295	5.795.833	5.471.429	11.267.262

Fonte: PNAD/IBGE

4 Acesso ao ensino superior público e privado de acordo com a renda e a raça/cor

Os dados apresentados nas Tabelas 4 e 5 permitem analisar a distribuição das matrículas no ensino superior público e privado segundo a condição de renda da população.

Verifica-se na Tabela 5 que do total de 2,4 milhões de jovens de 18 a 24 anos matriculados, 72% encontram-se no ensino superior privado e 28% no ensino superior público.

Quando se considera a renda familiar per capita, observa-se que 5% daqueles que tiveram acesso ao ensino superior público pertencem à faixa de renda de 0 a 1/2 SM, enquanto que no ensino superior privado este percentual é de 2%. Essa constatação contraria o senso comum, amplamente divulgado pela imprensa, de que “os ricos estudam nas universidades públicas e gratuitas, enquanto os pobres têm acesso apenas ao ensino superior privado”.

A Tabela 4 permite verificar que “os pobres”, identificados aqui como a população com renda familiar per capita inferior a 1 SM, na verdade, têm pouquíssima participação no ensino superior, quer no setor privado, quer público, embora apresentem uma participação proporcionalmente maior no setor público. Dito de outra forma, pessoas das faixas de menor renda têm pouco acesso ao ensino superior em geral, mas quando tem acesso, este se dá mais freqüentemente no ensino público do que no privado^{***}.

Tabela 4
Distribuição da população de 18 a 24 anos que cursa
ou cursou ensino superior segundo a rede de ensino
e a renda familiar per capita.

Brasil - 2003

Faixas de Renda	Privada	Pública	Total
< 1/2 SM	2%	5%	3%
1/2 a 1 SM	6%	11%	8%
1 a 2 SM	22%	28%	23%
2 a 5 SM	45%	37%	43%
mais de 5 SM	25%	19%	23%
Total	1.742.057	665.997	2.408.054

Fonte: PNAD/IBGE

*** Sampaio (2.000) aponta para conclusões semelhantes quando observa os alunos participantes do Exame Nacional de Cursos.

Tabela 5
Distribuição da população de 18 a 24 anos
curando ensino superior segundo a rede de
ensino e a renda familiar per capita.

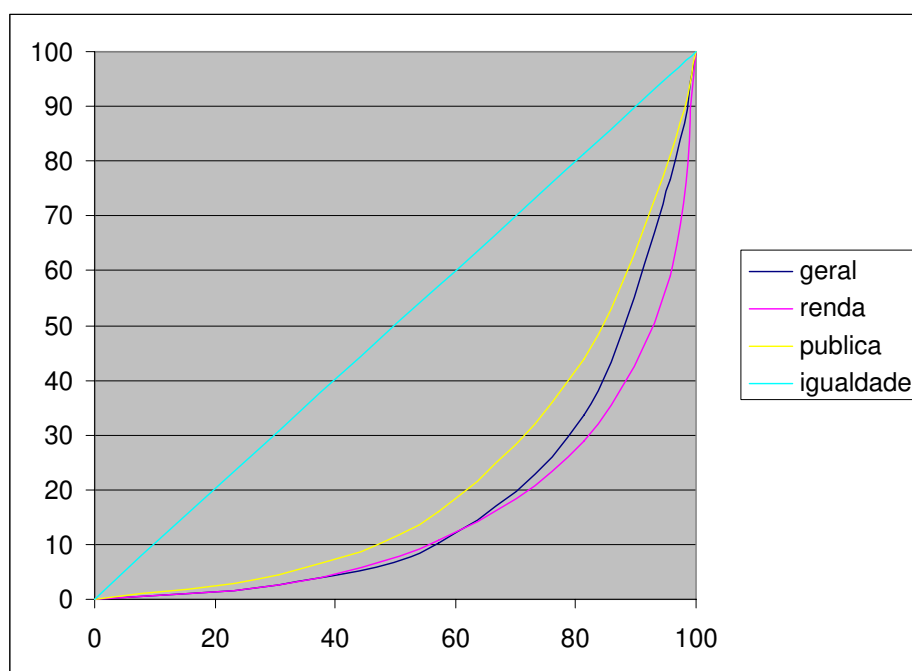
Brasil - 2003

Faixas de Renda	Privada	Pública	Total
< 1/2 SM	53%	47%	64.952
1/2 a 1 SM	58%	42%	181.644
1 a 2 SM	67%	33%	561.744
2 a 5 SM	76%	24%	1.038.809
mais de 5 SM	78%	22%	560.905
Total	72%	28%	2.408.054

Fonte: PNAD/IBGE

O Gráfico 4 ilustra a distribuição das matrículas versus a renda, através da configuração de três curvas: a curva de cor vermelha representa as rendas acumuladas em relação à proporção acumulada de pessoas, ordenadas em forma crescente de acordo com sua renda (curva de Lorenz); a curva azul escuro representa a proporção acumulada de matrículas no ensino superior em relação à proporção acumulada dos indivíduos ordenados em forma crescente de acordo com sua renda per capita - *curva de concentração das matrículas no ensino superior em relação à renda per capita*. A curva amarela é então a curva de concentração das matrículas no ensino superior público. A partir da posição das três curvas pode-se constatar que a distribuição das matrículas do ensino superior é menos regressiva (apresenta menos desigualdade) do que a ocorre na distribuição de renda pela população brasileira. E a distribuição das matrículas do ensino superior público é ainda menos desigual do que a distribuição do total das matrículas.

Gráfico 4
Distribuição da renda per capita e das matrículas
do ensino superior total e publico. Brasil/2003



Fonte: PNAD/IBGE

Os dados apresentados na Tabela 6 permitem analisar a distribuição das matrículas do ensino superior público e privado segundo a condição de raça/cor da população.

Quando se observa a distribuição das matrículas públicas e privadas entre os jovens “Branços” e “Não Brancos” verifica-se que o contingente de pardos e negros matriculados no ensino superior representa 20,54% do total dos jovens matriculados, sendo que no ensino público são 26,88% e no ensino privado 18,1%.

Pode-se fazer, portanto, outra constatação de grande importância, no sentido de que, mais uma vez, esta contraria a idéia corrente de que “pessoas das faixas de menor renda e “não brancos” tem acesso maior ao ensino superior privado enquanto que pessoas das faixas de renda mais alta e brancos estudam no setor público e gratuito”. Em que pese o fato, de que

“Não Brancos” sejam uma minoria dos alunos no ensino superior, eles representam um contingente proporcionalmente maior no setor público quando comparados aos brancos.

Tabela 6
Percentual da população de 18 a 24 anos cursando ensino superior
segundo a rede de ensino e a raça/cor.
Brasil – 2003

Rede de ensino	Total			Público			Privado		
Raça/cor	Branca	Não branca	Total	Branca	Não branca	Total	Branca	Não branca	Total
Total	1.913.535	494.519	2.408.054	486.988	179.009	665.997	1.426.547	315.510	1.742.057
%	79%	21%	100%	73%	27%	100%	82%	18%	100%

Fonte: PNAD/IBGE

5 Conclusão

A análise dos dados da PNAD 2003 permite verificar que a principal determinante no acesso à educação é a renda familiar, embora a variável raça/cor apresente influencia em todas as faixas de renda. Há um importante efeito cumulativo devido ao atraso e à evasão escolar nas camadas de menor renda, que leva a uma enorme diferença nos percentuais de acesso aos níveis mais altos de ensino.

Somente 13% dos jovens de 18 a 24 anos tiveram acesso ao ensino superior. As restrições que levam a este baixo percentual dependem do número de vagas no ensino superior, mas parecem ser também um efeito do pequeno contingente de jovens brasileiros que consegue completar o Ensino Médio, atingindo a qualificação formal necessária para o acesso ao Ensino Superior. Somente 27% dos jovens de 18 a 24 anos tem o Ensino Médio completo.

Em todos os níveis de ensino e faixas de renda observa-se que os “Não Brancos” tem menos acesso à educação do que os “Brancos”. Entretanto as diferenças nos percentuais de acesso são muito menores em função da variável raça/cor do que em função da variável renda.

Em todas as faixas de renda, mulheres tem maior acesso ao Ensino Superior do que os homens.

Finalmente, os dados da PNAD 2003 mostram que pessoas das faixas de menor renda têm pouco acesso ao ensino superior em geral, mas quando este acesso ocorre, ele se dá mais freqüentemente no ensino superior público do que no privado.

Bibliografia

- ANDRADE, Cibele Yahn. **Ensino Superior: Expansão e Desafios**. ComCiência, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, número 54, maio, 2004
- BARROS, Ricardo P. de. et al. Determinantes do desempenho educacional no Brasil. **Texto para Discussão - IPEA**, Rio de Janeiro, nº. 834, 2001
- BELTRÃO, Kaizô I. Alfabetização por sexo e raça no Brasil: um modelo linear generalizado para explicar a evolução no período 1940-2000. **Texto para Discussão - IPEA**, Rio de Janeiro, nº. 1003, 2003
- _____. Acesso à educação: diferenciais entre os sexos. **Texto para Discussão - IPEA**, Rio de Janeiro, nº. 879, 2002
- _____.; TEIXEIRA, Moema de P. O vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira - uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000. **Texto para Discussão - IPEA**, Rio de Janeiro, nº 1052, 2004
- CAMARANO, Ana A . et al. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. **Texto para Discussão - IPEA**, Rio de Janeiro, nº. 1038, 2004
- CORSEUIL, Carlos H.; SANTOS, Daniel D.; FOGUEL, Miguel N. Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina. **Texto para Discussão - IPEA**, Rio de Janeiro, nº. 797, 2001
- FERNANDES, Danielle C. **Estratificação educacional, origem socioeconômica e raça no Brasil: as barreiras da cor**. (Concurso de Monografia - Prêmio Ipea 40 anos - IPEA-CAIXA, 2004 - Tema A Superação das desigualdades sociais no Brasil). Digitado.
- FERRARO, Alceu R.; MACHADO, Nadie C. F. Da universalização do acesso à escola no Brasil. **Educação & Sociedade**, Ano 23, nº. 79, 2002.
- GUIMARÃES, Antonio S. A. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisas**, nº. 118, 2003
- HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. **Texto para Discussão - IPEA**, Rio de Janeiro, nº. 807, 2001.
- JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília, DF.: IPEA, 2002
- OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**, v. 18, nº.50, 2005
- OSORIO, Rafael G. A mobilidade social dos negros brasileiros. **Texto para Discussão - IPEA**. Rio de Janeiro, nº. 1033, 2004
- ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: do que se trata**. Rio de Janeiro, 2003
- SAMPAIO, Helena; LIMONGI, Fernando; TORRES, Haroldo. **Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon. Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 55, p. 83-96. 1999
- SOARES, José F.; ALVES, Teresa G. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v.29, n.1. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-9702200300100011&script=sci_arttex&tlng=pt>. Acesso em 02 de maio 2005.
- SOARES, Sergei; CARVALHO, Luiza; KIPNIS, Bernardo. Os jovens de 18 a 25 anos: retrato de uma dívida da política educacional. **Texto para Discussão - IPEA**, Rio de Janeiro, nº 954, 2003
- ZUCHI, Juliana. **Desigualdade de renda no Brasil em 2001: a influência da cor e da educação**. (Concurso de Monografias - Prêmio IPEA 40 anos - IPEA-CAIXA, 2004 - Tema A superação das Desigualdades no Brasil). Digitado.